

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.618, DE
2024**

Altera a redação do artigo 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar agentes de segurança pública, ativos e inativos, previstos no artigo 144 da Constituição Federal, policiais legislativos, guardas municipais e agentes socioeducativos, a adquirir até seis armas de fogo de uso restrito ou permitido e suas munições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação do artigo 6º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar agentes de segurança pública, ativos e inativos, previstos no artigo 144 da Constituição Federal, policiais legislativos, guardas municipais e agentes socioeducativos, a adquirir até seis armas de fogo de uso restrito ou permitido e suas munições.

Art. 2º O artigo 6º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.6º.....

.....
§8º Os agentes de segurança pública, ativos e inativos, previstos no artigo 144 da Constituição Federal, os policiais legislativos, os guardas



municipais e os agentes socioeducativos poderão adquirir até seis armas de fogo de uso restrito ou permitido e até 2.000 munições ao ano para cada calibre registrado.”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2025.

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj
Presidente

Apresentação: 07/07/2025 14:02:21.093 - CSPCCO
SBT-A 1 CSPCCO => PL 4618/2024
SBT-A n.1

